

Como os meios de comunicação integram e separam nações? Um olhar sobre a história da imprensa fronteiriça na Bacia do Rio da Prata

Andréa F. WEBER¹

Resumo: Neste artigo, iniciamos uma discussão sobre o papel da imprensa local-fronteiriça na integração dos países da Bacia do Rio da Prata. Para embasar esse debate, selecionamos algumas edições de jornais publicados nas cidades de São Borja e Uruguaiana, na fronteira Brasil-Argentina, nos anos de 1899, 1905, 1920 e 1970. Neles, observamos o conteúdo noticioso relacionado ao país vizinho, o uso das línguas espanhola e portuguesa, assim como outros elementos associados à representação das nacionalidades. Buscou-se embasamento histórico sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação nos países do Prata, sobretudo, nas zonas fronteiriças meridionais brasileiras. Através deste estudo exploratório, encontramos práticas discursivas e modos de funcionamento dos jornais locais que apontam tanto para a integração entre os povos quanto para sua separação. Conclui-se que, em geral, estes colaboravam na circulação de um imaginário nacional periférico nessa fronteira.

Palavras-chave: Imprensa; Fronteira; Mercosul.

Como los medios de comunicación social integran y separan naciones: una mirada sobre la historia de la prensa fronteriza en la Bacia del Rio de la Plata

¹ Doutora em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: andrea.weber@ufsm.br.

Resumen: En este artículo, iniciamos un debate sobre el rol de la prensa local-fronteriza en la integración de los países de la Bacia del Río de la Plata. Para impulsar la discusión, seleccionamos algunas ediciones de diarios publicados en las ciudades de São Borja y Uruguaiana, en la frontera Brasil-Argentina, en los años de 1899, 1905, 1920 e 1970. En ellos, observamos el contenido noticioso relacionado al país vecino, el uso de las lenguas española y portuguesa, así como otros elementos asociados a la representación de las nacionalidades. Se buscó detectar información histórica sobre el desarrollo de los medios de comunicación en los países del Plata, especialmente, en las zonas fronterizas meridionales brasileñas. A través de este estudio exploratorio, encontramos prácticas discursivas y modos de funcionamiento de los diarios locales que señalan tanto para la integración entre los pueblos cuanto para su separación. Se concluye que, en general, ellos colaboraban en la circulación de un imaginario nacional periférico en esa frontera, particularmente.

Palabras clave: Prensa; Frontera; Mercosur.

Em tempos de Mercosul e de Unasul², as fronteiras geopolíticas entre os países latino-americanos vêm recebendo novas significações. Progressivamente, elas deixam de ser a periferia das nações para se tornarem o centro desses blocos regionais, ao serem alvo de ações governamentais visando à maior integração das economias e dos povos desses países. Entre tais ações, destacam-se as organizadas na esfera educacional, como as Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira, as Escolas Técnicas Binacionais e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Elas promovem o intercâmbio de conhecimentos e de sujeitos entre os “dois lados” da linha divisória, deslocando a ênfase da ideia de limite para a de continuidade.

As fronteiras geopolíticas da Bacia do Rio da Prata³ conviveram historicamente com essa ambivalência limite-continuidade. Os limites estão marcados nos rios, nas estátuas, nas bandeiras e placas que localizam onde ter-

2 O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um bloco de cooperação regional criado em 1991, do qual fazem parte, atualmente, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai (temporariamente suspenso) e Venezuela. A União de Nações Sul-Americanas (Unasul) é uma união intergovernamental criada em 2008 e que integra as 12 nações da América do Sul.

3 Como países do Prata ou platinos, incluímos, neste estudo, Brasil, Uruguai e Argentina, por sua proximidade histórica decorrente da navegação pela Bacia do Rio da Prata. Também são considerados integrantes da Bacia do Prata Paraguai e Bolívia (CERVO E RAPPO-PORT, 1998). Ao incluir-se o Paraguai, é importante ter em mente a língua guarani e os seus contatos com o português e o espanhol nas áreas de fronteira entre os países (ALBUQUERQUE, 2006).

mina uma e começa outra nação. Também estão assinalados no fim das linhas telefônicas e da rede de energia, no fim da cobertura do seguro dos veículos, no fim da rede de ensino, no fim da estrada, na aduana, nas diferentes placas dos carros, nas diferentes línguas inscritas nos *outdoors*. Por outro lado, a continuidade está presente nas pontes e nas balsas sobre os rios Uruguai e Quaraí, no comércio legal e ilegal que vem caracterizando a região (COLVERO, 2004), nas relações de parentesco e amizade entre os povos que habitam os dois lados da linha divisória, na identidade cultural comum (PESAVENTO, 2006). Ela se manifesta, igualmente, nas semelhanças linguísticas decorrentes do contato entre as línguas espanhola e portuguesa, nacionais e oficiais nesses Estados, culminando no chamado “portunhol da fronteira” (STURZA, 2004; 2005).

Essa dupla condição, de fim e de seguimento, é reforçada pelos meios de comunicação fronteiriços. Isto é, a mídia pode ser tanto integradora como delimitadora dos países que a compõem. Basicamente, o papel delimitador da mídia pode se organizar por dois vieses interligados: o primeiro, na instalação de uma malha de veículos da respectiva nação (privados, públicos ou estatais) em cada lado da linha divisória; o segundo, por meio de um discurso nacionalizante, isto é, favorável às ‘coisas’ da nação e reticente às ‘coisas’ do país limítrofe e aos intercâmbios com ele. Com uma malha comunicacional eficiente e com uma tendência ao nacional no âmbito do conteúdo, os meios de comunicação fronteiriços podem ser importantes agentes na soberania de cada Estado sobre o território, no domínio da cultura e da língua. Podem colaborar, portanto, na produção de linhas divisórias no âmbito do simbólico.

No entanto, as forças produzidas pelo contato cotidiano fronteiriço podem, ao contrário, refrear os intuitos nacionalizantes dos Estados, resultando em uma mídia mais aberta aos vizinhos, senão do ponto de vista da malha comunicacional, pelo menos do ponto de vista do conteúdo. Isso se aplica, em especial, ao jornalismo, que tem tanto argumentos logísticos quanto socioculturais e financeiros para efetuar a cobertura noticiosa do país limítrofe. Desse modo, os meios de comunicação podem atuar como integradores das nações no domínio do simbólico.

Tendo em vista essa situação, buscamos, neste artigo, discutir o papel dos meios de comunicação, sobretudo da imprensa fronteiriça, como agentes reforçadores e atenuadores das fronteiras entre os países platinos. Para isso, em um primeiro momento, resgatamos a história do desenvolvimento dos meios de comunicação no Bra-

sil, Argentina e Uruguai, buscando entender como eles foram organizados em relação ao Estado e à nação. Em seguida buscamos situar as particularidades das áreas de fronteira nesse processo, observando os reflexos dessa organização midiática no jornalismo local. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida algumas edições de jornais impressos publicadas nas cidades de Uruguaiana e São Borja, na fronteira com a Argentina, em 1899, 1905, 1920 e 1970.

Este artigo, contudo, não se pretende conclusivo. Muito pelo contrário, ele constitui apenas uma exploração inicial acerca do papel dos meios de comunicação na integração e delimitação das fronteiras platinas. Ao estudo falta uma demarcação temporal rígida, com a observação da totalidade ou da maioria das edições jornalísticas publicadas no período escolhido, bem como uma maior sistematização dos dados obtidos. Ele é válido, porém, para compreender como a história da constituição dos meios de comunicação nos países platinos impactou de diferentes modos suas fronteiras; como os jornais fronteiriços se apresentavam nessa relação com o outro país, em tempos passados; como eles funcionavam discursivamente em relação à nação vizinha. A história da mídia da fronteira platina é um tema ainda por desenvolver, que oferece interessantes resultados e perspectivas de trabalho, e este texto aponta para alguns desses horizontes.

Os meios de comunicação na integração nacional

O desenvolvimento dos meios de comunicação teve trajetória relativamente semelhante no Brasil, Argentina e Uruguai, onde seu controle esteve majoritariamente sob o domínio das elites coloniais e nacionais. Também foi análoga sua organização a partir do capital privado, mas com forte regulamentação estatal, em uma mescla dos modelos norteamericano e europeu (BRITTES, 1997). Ainda assim, é possível identificar algumas particularidades que caracterizaram os três países nesse processo. Uma delas é o fato de que o desenvolvimento da imprensa foi mais acelerado na América espanhola, em decorrência da maior preocupação dos seus governos em montar um aparato educativo e cultural para seus cidadãos, especialmente após a organização dos Estados Nacionais (OLIVEIRA, 2003; BRITTES, 1997). Já no Brasil, a impressão de jornais fora proibida no território até 1808 e, depois de autorizada, não contou com uma organização social e educativa que permitisse uma rápida expansão da imprensa (SODRÉ, 2004).

A imprensa argentina iniciou com o bonaerense *Telégrafo Mercantil*, em 1801, ainda na condição de Vice-reino do Rio da Prata (SÁNCHEZ ZINNY, 2008). Segundo Brittes (1997), por volta de 1900, o país desfrutava do consumo per capita de jornais e revistas mais desenvolvido da América Latina e possuía a imprensa em língua espanhola mais poderosa do mundo, devido ao surgimento de uma classe urbana letrada no país. O jornalismo uruguaio, por sua vez, desde que foi estabelecido, na primeira metade do século XIX, esteve ligado a partidos políticos. O primeiro jornal fundado no Uruguai, foi o montevideano e bilíngue espanhol-inglês *Estrella del Sur*, em 1807 (SÁNCHEZ ZINNY, 2008). Já o primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial da coroa recém-instalada no país, em 1808. Durante o período monárquico, a expansão da imprensa brasileira foi lenta, entre outros fatores, pela falta de leitores, de centros urbanos, de desenvolvimento comercial e industrial e, também, pelos obstáculos impostos pela censura oficial, como explicam Brittes (1997) e Sodré (2004).

Já o rádio e a televisão surgiram na Argentina, Brasil e Uruguai em períodos semelhantes (décadas de 1920 e 1950) e se consolidaram de modo análogo: pelo gerenciamento privado de concessões públicas para exploração dos canais, com pequena presença de canais estatais, públicos e comunitários (BRITES, 1997; JAMBEIRO et al, 1998). Nesses três países, ao longo do século XX, rádio e televisão foram cada vez mais ocupados pelo capital privado, estrangeiro e nacional (e, muitas vezes, estrangeiro disfarçado de nacional), bem como por tecnologias e produções estrangeiras, ao mesmo tempo em que seu conteúdo era rigidamente controlado pelos governos ditatoriais⁴ em nome da soberania nacional (BRITES, 1997; JAMBEIRO et al, 1998). Esses governos asseguraram o controle sobre o conteúdo e direcionaram a propriedade dos veículos através de dispositivos legais que foram abundantemente criados nessa época, muitos deles em vigor até hoje.

O estudo da legislação comunicacional dos países do Mercosul, realizado por Jambeiro et al (1998), mostra que as leis de radiodifusão (rádio e televisão aberta), nos países signatários do Mercosul, têm sido, de modo geral, marcadas por dispositivos de caráter nacionalista. Esses dispositivos são mais fortes e visíveis em dois aspectos: 1) na programação das emissoras e 2) na propriedade

das empresas. Segundo os autores, a interferência na programação se deu, sobretudo, obrigando as empresas a divulgarem temas como a preservação dos costumes, a busca de objetivos nacionais e a identidade nacional. Na propriedade das empresas, o nacionalismo se revela nos artigos que limitam o fluxo de capitais e mão-de-obra entre os países (JAMBEIRO et al, 1998). Assim, no Brasil e no Uruguai, a propriedade de empresa de radiodifusão é restrita a nacionais e nacionalizados. No Brasil, além da propriedade, também a responsabilidade intelectual das empresas de radiodifusão e jornalísticas (jornais impressos) deve ser de nacionais (CF, 1988). Outro tema recorrente na legislação dos três países é a preferência por artistas e produções nacionais (JAMBEIRO et al, 1998).

No Brasil, os meios de comunicação começaram a ser mais fortemente mobilizados para a integração nacional na década de 1930, a partir do encontro dos interesses do presidente Getúlio Vargas e do empresário das comunicações Assis Chateaubriand (ELIOMAR FILHO, 2010). O governo forneceu as bases estruturais para a integração do extenso e, até então, fragmentado, território brasileiro, por meio da construção de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, telégrafos. Por esses canais, Chateaubriand fez circular a informação nacional, através da construção de um império comunicacional, os Diários Associados, que, no seu auge, aglutinou cerca de uma centena de veículos, entre jornais e emissoras de rádio e televisão, em todos os pontos do país, explica o autor. No extremo Sul, a rede chegava a Porto Alegre, com o Diário de Notícias do Rio Grande do Sul (1929) e a Rádio Farroupilha (1943), bem como com a Rádio Difusora, o Jornal A Hora e a TV Piratini, estes criados na década de 1950. O veículo dos Diários Associados que mais se aproximou da fronteira gaúcha, foi o Jornal *A Razão*, da cidade de Santa Maria, adquirido pelo grupo em 1943 e responsável pela cobertura noticiosa dessa área, como mostra o website oficial do grupo.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a coesão nacional através dos meios de comunicação foi organizada, sobretudo, para a televisão. Nesse momento, todavia, a proposta de integração da nação combinava elementos diversificados, como a política de segurança nacional, a tentativa de inserção do país em um capitalismo de consumo e a necessidade de difusão de uma identidade nacional de cunho ‘patriótico’ (WANDERLEY, 2008; RIBEIRO; BOTELHO, 2005). Para alcançar esses objetivos, apontam os autores, o Estado assegurou o funcionamento das emissoras por meio da renovação das antigas leis de comunicação, da criação de um órgão res-

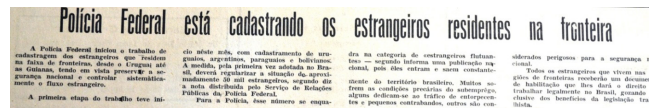
4 A ditadura militar na Argentina ocorreu nos períodos de 1966-1973/1976-1983; no Uruguai houve uma ditadura civil-militar de 1973-1985; e no Brasil, uma ditadura militar de 1964-1985.

ponsável pelo assunto, a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), do financiamento e execução da eletrificação do país, da viabilização de uma rede de comunicação por satélite e micro-ondas e da instalação de torres de repetição. A televisão de abrangência nacional, compatível com o “projeto nacional de desenvolvimento com segurança” (WANDERLEY, 2008, sp), deveria servir não só para unir o Brasil, mas também para protegê-lo de seus inimigos, como os vizinhos sulamericanos (ELIOMAR FILHO, 2010) e os países comunistas (JAMBEIRO et al, 1998).

Para Ribeiro e Botelho (2005), embora todas as emissoras de televisão tenham sido beneficiadas com a injeção de recursos para a expansão do sistema, houve um particular entendimento entre as aspirações mercadológicas da Rede Globo e as ambições políticas do regime militar, de modo que, enquanto a maioria dos canais se esfacelou a Globo prosperou vertiginosamente. Como consequência da centralização, as produções locais passaram a ser muito raras, tanto na própria Rede Globo como nas demais emissoras, ao mesmo tempo em que “a TV Globo assume efetivamente o ideário estatal da política de integração nacional” (RIBEIRO; BOTELHO, 2005, p. 480), com seu alcance e conteúdo organizados para a construção de um imaginário de unidade no Brasil.

A notícia seguinte (Figura 1) esclarece o modo como a política de integração nacional do governo brasileiro atingia a fronteira e atesta que tal política fazia eco nessa área não só por meio da televisão de abrangência nacional, mas também através dos próprios jornais locais. Em uma edição de 1970, a *Folha de São Borja* noticiava, na capa, o esforço da Polícia Federal brasileira em cadastrar, pela primeira vez na história do país, os cerca de 50 mil estrangeiros residentes na faixa de fronteira. Os trabalhos iniciariam na fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia e se estenderiam até as Guianas, “tendo em vista preservar a segurança nacional e controlar sistematicamente o fluxo estrangeiro”. A justificativa do governo para o ato é representativa dos sentidos sob os quais o estrangeiro sulamericano estava inscrito no discurso da integração nacional: “Muitos [estrangeiros] sofrem as condições precárias do subemprego, alguns dedicam-se ao tráfico de entorpecentes e pequenos contrabandos, outros são considerados perigosos para a segurança nacional”. Para a produção dessa notícia, nenhum estrangeiro foi ouvido pelo jornal, que se limitou à versão oficial.

Figura 1- Estrangeiros são uma ameaça à segurança nacional.



Fonte: Edição de 13/10/1970 da Folha de São Borja.

A cidade de São Borja sentiu de modo intenso os efeitos da ditadura militar sobre sua imprensa, por ser uma cidade considerada zona de segurança militar, com quartéis, órgãos federais e estaduais, condição que determinou que, historicamente, a cidade convivesse com a ideia da vigilância (EMERIM; HAFFERMANN, 2009). Paradoxalmente, também era a cidade de origem do presidente deposto pelos militares na época, João Goulart. Relatos de profissionais que atuaram na mídia local do período, coletados por Emerim e Haferrman (2009), assinalam constantes práticas de censura e autocensura aos jornalistas, sobretudo em temas políticos. As relações com a cidade Argentina vizinha de Santo Tomé são pouco mencionadas nessas memórias como alvo mais direto da repressão. No entanto, em entrevista realizada em 2012, pela autora, com o atual diretor do Jornal Folha de São Borja, que acompanha a publicação desde sua fundação em 1970, concluímos que, embora tenham ocorrido, muito poucos foram os momentos de integração entre os países, a partir das páginas desse jornal. Isto é, a cidade de Santo Tomé não foi tema frequente das notícias da Folha de São Borja. Isso ocorreu, segundo o diretor do jornal, entre outros fatores, porque a cidade argentina tampouco foi, em nenhum momento da história do veículo, ponto de circulação do jornal.

Identificamos, porém, no início dos anos 1970, a publicação de anúncios de estabelecimentos comerciais da cidade de Santo Tomé no jornal Folha de São Borja, com o intuito de atrair compradores brasileiros para o outro lado da fronteira, aproveitando as variações do câmbio das duas moedas. Anúncios desse tipo eram veiculados ora em língua portuguesa ora em língua espanhola. As imagens seguintes (Figura 2) constituem dois desses anúncios.

Figura 2- Anúncios de casas de comerciais de Santo Tomé, Argentina.



Fonte: Edição de 18/08/1970 da Folha de São Borja.

No entanto, segundo o relato do diretor do jornal, essa prática publicitária foi abolida (até os dias atuais) por pressões das elites locais, que a consideravam prejudicial ao comércio da cidade de São Borja e das demais cidades brasileiras do entorno. Percebe-se, então, que o espírito de segurança nacional que caracterizou o período pode ter se refletido nas práticas jornalísticas, muitas vezes, silenciando o lado argentino da fronteira como notícia, como anunciante e como assinante do jornal brasileiro.

A mídia fronteiriça na construção de um nacionalismo periférico

As áreas fronteiriças mereceram atenção da política de comunicação na história dos países platinos. No Brasil, o dispositivo legal da Faixa de Fronteira, recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (CF, 1988) coloca sobre o controle do Conselho de Defesa Nacional (CDN) a prática de atos referentes à instalação de meios de comunicação na região de fronteira (ABREU, 2009), o que faz significar a comunicação fronteiriça, portanto, como uma parte estratégica da defesa nacional. Já a Lei de Radiodifusão argentina, de 1980, como mostra Zamin (2008), determinava que o Estado Nacional promoverá e proverá serviços de radiodifusão quando não sejam prestados pela iniciativa privada, especialmente nas áreas de fronteira, com o objetivo de assegurar a cobertura máxima do território argentino. Em um momento pouco anterior à promulgação dessa lei, 1978, o Ministério de Defesa argentino produziu documentos mostrando a necessidade de instalar meios de comunicação massivos nas áreas de fronteira do país, complementados por “um

plano de ação psicológica”, a fim de combater a forte penetração e influência de emissoras estrangeiras [brasileiras], com sérios riscos para a aculturação manifestada nos costumes e no idioma (GRIMSON, 2003, sp)

A preocupação do governo argentino da época sugere que a fronteira brasileira possuía um poder comunicacional, comparativamente, mais forte. Essa percepção vai ao encontro de pesquisas que se dedicam a elucidar a história dos meios de comunicação no extremo Sul do Brasil, como as de Dornelles (2004), Adamczuck e Silveira (2004) e Silveira e Pippi (2007), que sugerem um precoce e intenso desenvolvimento da imprensa e da radiofonia nessa área. Entre os principais fatores impulsores de tal desenvolvimento, assinalam os autores, estiveram a prosperidade econômica e a vivacidade política da fronteira gaúcha nos séculos XIX e princípio do XX, alguns possíveis apoios governamentais tendo em vista a integração do território e, também, a própria proximidade com a Argentina e o Uruguai, que permitiu o contato com um sistema editorial e radiofônico mais desenvolvido que o brasileiro em alguns aspectos.

O exemplo da província de Misiones, na Argentina, é representativo do temor das autoridades argentinas frente ao alcance da mídia brasileira. Essa província possui 70% do seu território em área de fronteira, com o Brasil e o Paraguai, além de um histórico de colonização brasileira e paraguaia, com forte presença das línguas portuguesas e guarani (ROSA, 2005). Segundo o autor, até 1960, na fronteira de Misiones com o Brasil, havia um vazio comunicacional do lado argentino, enquanto o lado brasileiro era marcado pelo que o autor chama de “uma política comunicacional definida” para a fronteira (ROSA, 2005). Diante da penetração da mídia estrangeira na província, dos 1960 aos 1980, período no qual, sob a ótica de governos militares argentinos, a fronteira missioneira é concebida como o começo e fim do país, veículos de comunicação são criados na área para opor, resistir e afrontar os meios estrangeiros, paraguaios e brasileiros, mas fundamentalmente, os brasileiros, explica o autor.

Observando as datas e locais de fundação dos primeiros jornais do Rio Grande do Sul, percebemos que eles remontam ainda à primeira metade do século XIX e que eram editados na capital, Porto Alegre, e em cidades da fronteira internacional do estado ou próximas a ela. Dornelles (2004) nos fornece a cronologia de fundação desses jornais. O primeiro surgiu em 1827, na capital, sob o nome de O Diário de Porto Alegre, na condição de partidário da revolução Farroupilha. Nos oito anos que se seguiram ao seu aparecimento, foram lançados 32

jornais de pequeno formato e tiragens, com aproximadamente 400 exemplares cada um. Em 1851, foi criado O Pelotense, em Pelotas. Em seguida, o mesmo editor publicou jornais em Jaguarão. Em 1861, na cidade de Bagé, foram lançados A Aurora e O Bageense. Em Alegrete, foi fundado o jornal abolicionista A Gazeta de Alegrete, em 1882, o mais antigo jornal em circulação no Rio Grande do Sul.

Em Uruguiana, encontram-se, atualmente, exemplares do jornal A Notícia, editado nessa cidade na virada do século XIX e, neles, reproduções de notícias do jornal argentino La Nación. No mesmo arquivo, estão guardadas edições da década de 1920 do La Nación. Esses dois fatos atestam que jornais bonaerenses circulavam em Uruguiana nessa época e eram lidos pelos editores do A Notícia. Por outro lado, os jornais uruguaienses desse período, como o próprio A Notícia, em 1905 ou o A Nação podem também ter circulado em Buenos Aires ou outras cidades argentinas e uruguaias, pois eles costumam dispor, em sua tabela de preços, os custos de assinatura “Para o Estrangeiro” ou “No exterior”, os quais, a propósito, não diferem muito dos custos da assinatura nacional. Assim, pode-se conjecturar que existia, pelo menos no início do século XX, um intercâmbio internacional de jornais na região platina, possivelmente facilitado pela navegação dos Rios Uruguai e da Prata e pelas linhas ferroviárias que chegavam das capitais dos países, estados e províncias até suas periferias.

Além de indícios sobre o intercâmbio de jornais, é possível encontrar, nas edições desse período, alguns exemplos de integração nas relações com os países vizinhos, embora esses conteúdos sejam raros. A extensão dessa relação inclui a contratação de serviços ofertados em Montevidéu, as ligações fluviais e ferroviárias entre os países e, até mesmo, o uso da língua espanhola, pelos jornais brasileiros. A Figura 2 traz dois exemplos:

Figura 3 – (a) Anúncio de serviços de financeiros em Montevidéu; (b) Fragmento de notícia descrevendo as ligações ferroviárias e fluviais entre Uruguiana, Libres e outras cidades argentinas.

—Libres, de los días 14, 15 y 16.
 Para trenes de Libres, Caseros y
 Corrientes de los días 16, 17, 19 y 20
 También se pondrá un tren del
 Puerto a la Estación para los que ven-
 gan de Uruguayana.
 Los vapores «Mensajero», y «Queran-
 di» harán la carrera de Uruguayana
 a Libres a pasajes reducidos que se
 harán conocer en oportunidad.
 Se gestiona de la Municipalidad una
 tarifa especial para el servicio de co-
 ches de plaza. (a)

João Però & Comp.
 AGENTES DO —BANCO DA PROVINCIA—
 Fornecem saques sobre as praças do
 Rio de Janeiro
 Porto Alegre
 Rio Grande
 Pelotas
 Bagé e
 Montevidéu
 Fazem toda e qualquer operação de desconto.
 —Horas de Expediente—
 8 às 11 a. m.—1 às 4 p. m. (b)

Fonte: Jornal A Notícia, de Uruguiana, na edição de 22/12/1899 e 04/05/1905, respectivamente.

Também a malha radiofônica do interior do Rio Grande do Sul se constituiu precoce e rapidamente. Raddatz (2009), em sua tese de doutorado sobre o papel do rádio na fronteira, comenta que as emissoras de rádio fronteiriças do estado costumam ser muito antigas e exemplifica sua afirmação com a Rádio Charrua de Uruguiana, criada em 1936, e a Rádio Cultura de Santana do Livramento, de 1946. A Rádio Charrua, por sua vez, é interessante pontuar, foi fundada e dirigida por um argentino até 1939, quando o governo nacional brasileiro suspendeu suas atividades por ser ilegal a propriedade de meio de comunicação por estrangeiro no Brasil (ADAMCZUCK; SILVEIRA, 2004). Essas mesmas autoras afirmam que o Uruguai e a Argentina influenciaram a radiofonia gaúcha também através do alto nível técnico que possuíam e dos estilos musicais platinos que eram veiculados por suas emissoras e apreciados no Sul do Brasil. Rádios de Buenos Aires e Montevidéu eram sintonizadas no Rio Grande do Sul desde a década de 1920 (FERRARETO, 2002).

Contudo, tanto Raddatz (2009) quanto Adamczuck e Silveira (2004) acreditam que a expansão da malha radiofônica na fronteira pode ter tido motivações para além da capacidade econômica e técnica de operar as emissoras, uma vez que o rádio funcionaria como uma marca do nacional e uma barreira contra o estrangeiro nessa zona limítrofe. Isso justificaria a existência, na faixa de fronteira, do dobro de emissoras em relação ao resto do estado do Rio Grande do Sul durante as décadas de 1920 a 1940 (ADAMCZUCK; SILVEIRA, 2004).

O fato de ter se construído na interface da radiofonia argentina e uruguaia, no entanto, não interferiu nos propósitos nacionalizantes do rádio daquela época, segundo as autoras supracitadas (2004, p.126-127), pois a grade de programação das emissoras, nesse período, apresentava um tom nacionalista, que “contribuiu para desenvolver na mentalidade fronteiriça a noção de um nacionalismo de inserção periférica, franqueou a defesa de um ideal de brasilidade, contrastando com a precária integração anterior”.

Algo semelhante se pode conjecturar para os veículos impressos, pois os jornais uruguaianenses, até meados do século XX, privilegiavam destacadamente os conteúdos nacionais, eram redigidos em língua portuguesa praticamente em sua totalidade, publicavam com pouca frequência anúncios comerciais ou classificados da cidade limítrofe Paso de los Libres ou, mesmo, de outras partes da Argentina ou do Uruguai. O jornal *A Notícia*, em 1905, por exemplo, trazia como uma espécie de slogan da época, ao lado do seu nome, as palavras “Pátria” e “República”, enquanto sua linha editorial se resumia em “Defende os interesses lícitos do commercio”. Outro jornal desse período chamava-se *A Nação* e, em 1920, se apresentava como “Folha Federalista”, isto é, atuava como representante de um grupo político brasileiro.

Isso não significa que não houvesse espaço para os países vizinhos nas páginas desses e de outros jornais fronteiriços ou que a representação deles efetuada fosse principalmente negativa, mas sim que os jornais de Uruguiana dessa época se significavam como brasileiros. Eles estavam territorialmente situados na fronteira, o que produzia contatos com o país limítrofe e, conseqüentemente, notícias decorrentes de tal contato, mas isso não comprometia seu vínculo primordial com o Brasil. Os jornais impressos da fronteira inseriam-se, assim, em um “nacionalismo periférico”, como nas palavras de Adamczuck e Silveira (2004), e ajudavam a alimentá-lo no imaginário local. Uma possível conjectura, nesse sentido, é a de que os jornais dessa época podem revelar um cotidiano fronteiriço menos integrado do que ele realmente

era, em decorrência dos vínculos dos jornais com grupos de elite, letrados e com o próprio Estado e sua política.

Considerações finais

A fronteira como limite ou como continuidade também está significada nos meios de comunicação, por meio da origem das notícias, da representação que fazem ‘do outro lado’, da língua em que enunciam, dos espaços por onde circulam os jornais e por onde as ondas de rádio e televisão se espalham. A questão atual é se esse nacionalismo periférico que a mídia ajudou a construir na fronteira platina nos séculos XIX e XX foi ou está sendo afetado por novos significados projetados pela relação de cooperação/integração que fundamenta o Mercosul, desde sua criação, na década de 1990.

A fronteira, como espaço privilegiado de contato entre as nações do Prata, está vivenciando o Mercosul como oportunidade de integração ou segue instituindo limites? Como a mídia tem atuado nesse processo? Essas são algumas perguntas que podem ser respondidas a partir do estudo dos meios de comunicação fronteiriços. Desse modo, a história dos meios de comunicação da fronteira é um tema que merece desenvolvimento, pois, através dele, poderemos recuperar não só a trajetória das práticas comunicacionais no tempo, como também o percurso das relações entre as nações platinas. Para países que têm o Mercosul como uma realidade comercial, política e social, é primordial conhecer a história e as fronteiras que o conformam, pois elas são dois pilares da integração que se almeja.

Em se tratando de jornalismo, especificamente, a imprensa fronteiriça possui particularidades que raramente encontramos na imprensa de outras regiões. Uma delas é o uso, contínuo ou esporádico, de duas línguas nacionais diferentes para publicação, seja em cadernos ou editoriais destinadas para cada uma das línguas, seja pela mescla de ambas em um mesmo texto. Outra particularidade é circular em diferentes países e ter como público-alvo sujeitos de diversas nacionalidades. Essas e outras características organizam um jornalismo muito peculiar, no qual o internacional e o local se sobrepõem.

Conhecer a história do jornalismo fronteiriço pode, enfim, ajudar a entender como se reforçam ou diluem laços entre nações do ponto de vista do cotidiano, das relações sociais, dos imaginários locais. Com isso, também, poderemos projetar um jornalismo em termos de Mercosul, avaliando que relações criamos, discursivamente, com nossos vizinhos.

Referências bibliográficas:

ABREU, G. Modelo brasileiro de faixa de fronteira: um imperativo estratégico a ser mantido ou uma concepção ultrapassada? *A defesa nacional - revista de assuntos militares e problemas brasileiros*, n. 815, p. 31-42, set/out/nov/dez, 2009.

ADAMCZUCK, Lindamir; SILVEIRA, Ada Cristina. Hibridismo, censura e nacionalismo na produção radiofônica de emissoras fronteiriças durante o Estado Novo. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, n.2, p.115 -130, 2004. Disponível em: <http://www.locutor.info/Biblioteca/Hibridismo%20no%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 13 dez 2011.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. In: II Seminário internacional: fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão, 2006, Campo Grande. *Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI)*, 2006. Disponível em: www.neppi.org/gera_anexo.php?id=483. Acesso em: 21 mar. 2012.

BRASIL. *Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 01 de mar. 2011.

BRITTES, Jussara Gorski. *Políticas de Comunicação no Mercosul: do nacional ao mega-regional*. 1997. 189f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1997.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Conesul*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UNB, 1998.

COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Ed., 2004.

DORNELLES, Beatriz. Trajetória da imprensa gaúcha. *Revista Pj:Br-Jornalismo Brasileiro*. n. 4, 2 sem, p. 1-9, 2004. Disponível em http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia4_a.htm. Acesso em: 12 ago. de 2011.

DIÁRIOS ASSOCIADOS. Site oficial. Disponível em: (<http://www.diariosassociados.com.br>). Acesso em: 15 ago. de 2011.

ELIOMAR FILHO, José. *Tentativas de integração nacional brasileira na primeira metade do século XX. Para Onde!*? v. 4, n. 7, sp, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22113/12875>. Acesso em 05 jan. 2011.

EMERIM, Cárlica; HAFFERMANN, Tiago Radeski. *Personagens do Fazer Jornalístico de São Borja nos anos 70 – memórias e relatos*. 7º Encontro Nacional de História da Mídia: mídia alternativa e alternativas midiáticas. Anais...2009, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Personagens%20do%20Fazer%20Jornalístico%20de%20Sao%20Borja%20nos%20anos%2070.pdf>. Acesso em 05 maio 2013.

FERRARETO, Luis Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais*. Canoas: Editora da Ulbra, 2002.

GRIMSON, Alejandro. La producción mediática de nacionalidad en la frontera: un estudio de caso en Posadas (Argentina)-Encarnación (Paraguay). In: *MOST: Mercosur: espacios de interacción, espacios de integración*, n. 26. 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/most/grimson.htm#parana>. Acesso em: 17 abr/2010.

JAMBEIRO, Othon et al. O nacionalismo no Mercosul: uma análise da regulamentação da TV na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. *Latin American Studies Association*, 1998. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Jambeiro.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2011.

OLIVEIRA, Marcela Alves de. *Estratégias de Comunicação para o Mercosul*. 2003. 84f. Projeto Experimental (Curso de Comunicação Social). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Fronteiras culturais em um mundo planetário-paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). *Revista del CESLA* (Centro de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Varsóvia), n. 8, p. 9-18, 2006.

RADDATZ, Vera. *Rádio de Fronteira: da cultura local ao espaço global*. 2010. 185f. Tese (Doutorado em Comunicação e informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, Santuza Naves; BOTELHO, Isaura. A televisão e a política de integração nacional. In: NOVAES, Adauto (org). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Senac Rio, 2005.

ROSA, C.G. *Missões y sus radios: aportes para el debate de una política comunicacional*. Apunte de cátedra. Carrera de Comunicación Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones – UNM, 2005. Disponível em: <http://www.encyclopediademisiones.com/data/rtf/soci/sociACT5742.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2012.

SILVEIRA, Ada Cristina; PIPPI, Joseline. Mídia e política de identidade: a malha de comunicação local-internacional nas fronteiras brasileiras. *Portal midiaticização e processos sociais*. Unisinos, 2007. Disponível em: http://projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_Ada_Machado.pdf. Acesso em: 12 dez. 2011.

SÁNCHEZ ZINNY, Fernando. *El periodismo en el Virreinato del Río de la Plata*. 1 ed. - Buenos Aires: Academia Nacional de Periodismo, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2004.

STURZA, Eliana. Fronteiras e práticas linguísticas: um olhar sobre o portunhol. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana* – RILI. II 1 (3), 151-160, 2004.

_____. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas das fronteiras brasileiras. *Ciência e Cultura*, vol.57, n.3, p. 47-50. São Paulo, jul/set, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

WANDERLEY, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk . Eu vi o Brasil na tevê: Estado e televisão nos anos 1950/60. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH, 8, 2008. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213040445_ARQUIVO_EuvioBrasilnateve-textocompleto\(Anpuhregional2008\).pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213040445_ARQUIVO_EuvioBrasilnateve-textocompleto(Anpuhregional2008).pdf). Acesso em: 04 jan. 2012.

ZAMIN, Angela. *A discursivização do local-fronteira no jornalismo: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias*. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo, Unisinos, 2008.

Recebido: 06/05/2013

Aprovado: 11/09/2013